

IX ENCONTRO DA ABCP

Estudos de Política Externa

**CAPACIDADE E COERÊNCIA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE O BRASIL E O REINO
UNIDO EM MOÇAMBIQUE**

Rubens de Siqueira Duarte
University of Birmingham

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

CAPACIDADE E COERÊNCIA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE O BRASIL E O REINO UNIDO EM MOÇAMBIQUE

Rubens de Siqueira Duarte – University of Birmingham

Resumo do trabalho:

Esse trabalho destinar-se-á a um estudo que contraste a política de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) feita pelo Reino Unido em Moçambique com a da Brasil no mesmo país africano. O artigo, portanto, tem como objetivo interpretar a atualidade da CID, contrastando a política de cooperação de dois países que se encontram em situações distintas na arquitetura internacional de assistência para o desenvolvimento. Apesar do discurso oficial brasileiro afirmar que a cooperação brasileira, enquanto Sul-Sul, é mais vantajosa e causa mais impactos positivos, ainda não está comprovado se essa diferença ultrapassa a retórica.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Ajuda oficial para o desenvolvimento; Política Externa Comparada; Análise de Política Externa; Política Externa Brasileira; Política Externa Britânica.

1. Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais abrangente que busca demonstrar o papel do Brasil e do Reino Unido no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e, com isso, questionar a existência de uma divisão Norte-Sul no referido regime. Apesar do discurso oficial brasileiro ressaltar que a política de cooperação do Brasilé mais vantajosa em comparação com a tradicional política de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) dos países do Norte (Saraiva, 2007; Lima, 2005; Milani, 2012a; Saraiva, 2012), esse fato ainda não foi comprovado empiricamente. Além disso, as diferenças apontadas pelos órgãos oficiais brasileiros entre a cooperação Sul-Sul (CSS) e a AOD não necessariamente refletem uma divisão substancial entre as políticas externas, normas dos países do Norte e os emergentes.¹

Principalmente a partir do início do século XXI, diversos atores acumularam maiores capacidades, materiais e subjetivas, para atuar internacionalmente. Esse grupo de atores é numeroso e plural, sendo composto por agentes nacionais, subnacionais e transnacionais (MAWDSLEY, 2012; KHARAS, 2010; MILANI, 2012a). Apesar da inegável importância de atores como a sociedade civil e empresas multinacionais, pode-se afirmar que a ação dos atores estatais tem impacto político mais evidente ao se demandar reformas no regime da CID (MAWDSLEY et ali., 2013; MILANI, 2008). A crítica brasileira e de outros países do Sul ao regime da CID se inserem em um ambiente de crise da governança global. Esses atores demonstram que, após mais de cinco décadas, as práticas tradicionais de assistência internacional não foram capazes de eliminar mazelas sociais como a fome, analfabetismo, falta de moradia e desigualdade social (EASTERLY, 2006; KHARAS, 2010; MAWDSLEY, 2012; HUMPHREY, 2010) e propõem novas práticas, mais preocupadas com o desenvolvimento sustentável e com a equidade.

Deve-se lembrar que as políticas de cooperação e de assistência internacional não são neutras. O altruísmo não está totalmente descartado como motivação para essas políticas internacionais que buscam o desenvolvimento de outros países, mas deve ser considerado como um fator a mais ao meio de outros fatores motivacionais. As políticas de assistência podem cumprir variados papéis estratégicos, como de aumentar a relação política entre os países, facilitar acordos econômicos e comerciais, assim como internacionalizar normas e perspectivas domésticas (KENNAN, 1971; KHARAS, 2010;

¹ O termo “países emergentes” não está consagrado no meio acadêmico. Ainda há muito debate no sentido de como denominar países do Sul global como o Brasil, China, Índia, Turquia e África do Sul, que apresentam uma posição média na hierarquia de poder mundial e se tornam mais atuantes no cenário internacional, a partir do final do século XX e início do século XXI. Muitos autores sugerem termos como “países emergentes”, “potências emergentes”, “semiperiferia”, “potências regionais”, entre outros (Duarte, 2011). Apesar disso, a fim de evitar a repetição do mesmo termo na redação deste trabalho, todos esses termos, apesar de não serem conceitos perfeitamente definidos, serão usados como sinônimos para denominar esse grupo de países.

KRASNER, 1985; MILANI, 2008; EASTERLY, 2006; HUMPHREY, 2010; ABDENUR, 2009; MAWDSLEY, 2012).

Por esse motivo, os países do Norte observam com atenção a emergência desses novos atores na CID e adotam uma postura de cautela: por um lado, reconhecem os benefícios decorrentes de mais atores na busca do desenvolvimento mundial; por outro, temem que se tornarem menos influentes no cenário internacional (MAWDSLEY, 2012). A resposta dos países membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE) é de buscar incorporar os novos doadores às normas existentes (MAWDSLEY et ali., 2013), assim como buscar aproximar-se de países emergentes em projetos de cooperação triangular (MILANI et. ali, 2013).

Esse cenário pode ser usado para entender a ação do Brasil e do Reino Unido no regime da CID. O Brasil, enquanto país do Sul, busca tornar-se mais ativo em diversos regimes internacionais, inclusive na CID. A ação do Brasil na CID busca destacar que a política de cooperação brasileira é distinta da tradicional política de ajuda Norte-Sul, por ser mais horizontal, mais preocupada com os objetivos do parceiro e pelo fato de que o Brasil teria maior sensibilidade por ter sido colônia e ainda receber ajuda internacional (LIMA, 2005; SARAIVA, 2007; VIEIRA, 2012; MILANI, 2012a; MAWDSLEY, 2012). Todavia, essas características podem não traduzir fielmente a realidade (VIZENTINI, PEREIRA, 2007; DUARTE, 2013; MELO, 2013; OLIVEIRA et al, 2006; MAWDSLEY, 2011).

A política externa também é uma política pública e é formada pela influência de diversos atores domésticos, com interesses e perspectivas distintos (MILANI e PINHEIRO, 2013). Além disso, a ação internacional brasileira não se limita ao papel do governo federal e de suas agências, mas a ação de outros atores subnacionais (como ministérios, governos estaduais, sociedade civil organizada, etc.) também influenciam na imagem que o país tem no exterior (MILANI, 2012a). O modelo descentralizado de ação internacional do Brasil no âmbito da CID, reforçado pela carência de um marco jurídico-legal que forneça princípios e diretrizes para tal, pode colaborar para que a política externa brasileira torne-se contraditória (MILANI et al. 2013; MELLO, 2013). Esse risco torna-se mais evidente à medida que o Brasil se torna mais atuante no cenário internacional e que os atores subnacionais têm maior liberdade para agir. Além disso, a aproximação brasileira com países do Norte, por meio de cooperação triangular, também pode trazer questionamentos sobre as críticas brasileiras ao modelo de AOD.

Raciocínio similar pode ser aplicado ao caso do Reino Unido. O Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID, sigla em inglês) afirma que a cooperação britânica é totalmente livre de interesses comerciais ou políticos e preocupa-se apenas com o desenvolvimento do bem-estar do país recipiente da ajuda. Todavia, o Reino Unido é visto

com desconfiança por ser uma ex-potência colonial. Além disso, o país e as empresas britânicas têm vastas relações comerciais e econômicas com os países que são recipientes da política de ajuda e usam a política de AOD para exportar normas e perspectivas domésticas (EASTERLY, 2006; LAU, 2008; PAA, 2006). A política externa britânica pode ser considerada uma política pública, assim como a brasileira, com todas as implicações decorrentes de se analisar o âmbito doméstico sob essa perspectiva. Apesar disso, os trabalhos acadêmicos no Reino Unido tendem a negligenciar a existência de possíveis discursos distintos do apresentado pelo DFID sobre a AOD.

Em vista do que foi dito, fica evidente a necessidade de explorar a política externa brasileira e a britânica, assim como a ação de seus agentes subnacionais, entendendo suas normas e interesses. Um estudo empírico que foque sobre a política externa desses dois países, sob um único modelo analítico faz-se importante, para compreender com maior precisão a realidade da política doméstica e a ação internacional desses países na CID. Ao desenvolver esse esforço de pesquisa, será possível notar semelhanças, diferenças e sinergias entre os atores nacionais e subnacionais e, portanto, responder a pergunta de sobre a existência ou não de uma divisão Norte-Sul na CID que ultrapasse a retórica oficial dos países.

Este artigo será dividido em 5 partes. Após a introdução, será feita uma descrição da metodologia a ser aplicada na pesquisa, com o objetivo de comparar os países em questão. Uma terceira seção será destinada ao desenvolvimento do arcabouço teórico que servirá de base para a o estudo e a interpretação dos casos. Em seguida, o presente artigo versa sobre a coleta de dados e a sua interpretação. A última parte será destinada a considerações gerais e indicações de resultados parciais.

2. Metodologia e modelo analítico

Esta seção é destinada a discorrer sobre os objetivos principais da pesquisa e como obtê-los. Para verificar a existência ou não de um novo modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento, esta pesquisa vai explorar a ação do Brasil e do Reino Unido (na qualidade de uma potência emergente e de uma potência consolidada, respectivamente), enquanto agentes normativos. Para cumprir o objetivo principal da pesquisa e responder à pergunta se existe uma divisão Norte-Sul na CID além do âmbito normativo, serão analisadas as políticas domésticas e externas de dois países (Brasil e Reino Unido) e a ação deles em um terceiro país (Moçambique).

Para isso, a metodologia a ser aplicada considerará as relações entre o Brasil e Moçambique e entre o Reino Unido e o mesmo país africano como dois estudos de caso independentes. Faz-se importante ressaltar essa estratégia, pois ela permite explorar empiricamente ambos os casos em profundidade, sem se preocupar com uma metodologia

rígida de estudos comparativos na Ciência Política. O Reino Unido e o Brasil serão considerados como casos prototípicos, por entender que os estudos de ambos os países são representativos de outros grupos e os resultados da pesquisa sobre eles podem ser aplicados a outros países (HAGUE e HARROP, 2013). Percebe-se que o objetivo dessa pesquisa não é comparar diretamente o Reino Unido e o Brasil no regime da CID, mas entender se eles representam ou não dois modelos de atuação distintos e representativos dos membros do CAD e dos não membros da OCDE, respectivamente. Singelman e Gadbois afirmam que:

“(...) o que transforma um estudo em um estudo comparativo é menos a presença expressa de uma comparação entre as unidades do que o potencial que esse estudo fornece para basear essas comparações.

(...)

Em resumo, estudos que comparam países satisfazem as definições mais razoáveis de política comparada, enquanto que estudos de um país podem ser considerados comparativos se eles fazem comparações subnacionais, abordam a análise de um país sob a ótica de um arcabouço teórico ou testam explicitamente uma hipótese em um estudo de caso” (1983, p. 284-285 – tradução própria).

Portanto, a metodologia a ser aplicada baseia-se em diversos autores que fazem o uso de casos prototípicos (SIGELMAN e GADBOIS, 1983; HAGUE e HARROP, 2013; COLLIER, 1993; COLLIER e COLLIER, 1991). Com isso, a análise de dois casos prototípicos pode criar resultados genéricos que podem ser úteis para outras pesquisas (ROSE, 1991 p. 454), pois acarretam oportunidade de gerar resultados gerais que podem ser estendidos ao estudo dos doadores do CAD e dos doadores emergentes na CID. Para tal, esta pesquisa examinará ambos os estudos de caso sob um único modelo analítico que será descrito a ainda nesta seção. Todavia, para fins de organização do texto, deve-se explicar a escolha dos estudos de caso, antes do modelo analítico.

O Reino Unido foi escolhido por diversos motivos, que apontam para a conclusão de que a política externa do país é representativa para se tirar conclusões relativas a outros países membros do CAD.

- O Reino Unido é uma potência consolidada. Por mais de dois séculos, o Reino Unido foi um país muito influente na construção das normas internacionais. Por exemplo, o Reino Unido é um membro do Conselho de Segurança da ONU; teve participação ativa nas conferências de Breton Woods; e é um membro do CAD/OCDE.
- O Reino Unido é muito ativo na África. A política de AOD britânica é significativamente consolidada em diversas áreas no mundo, inclusive no antigo território imperial. Essa longa influência conferiu à política britânica expertise para agir internacionalmente exportando suas normas e modelos de desenvolvimento para outras regiões do planeta (EASTERLY, 2006; LAU, 2008; PAA, 2006).

- O Reino Unido é um dos doadores mais ativos, comparado com outros membros do CAD. Os fluxos de AOD britânicos são um dos maiores do mundo, sendo que, em 2012, representaram 13,18 % do fluxo total dos doadores do CAD.

O Brasil também é uma escolha apropriada para esta pesquisa, assim como também é possível considerá-lo como um caso representativo de um grupo maior de países emergentes.

- O Brasil pode ser considerado como membro do Sul global. A cooperação Sul-Sul tem suas bases normativas nas décadas de 1950 e de 1960 – como no Movimento dos Não Alinhados, na Conferência de Bandung, no lançamento da Nova Ordem Econômica Internacional e no G77. Esses eventos influenciaram o pensamento político dos países que hoje atuam na cooperação Sul-Sul, priorizando a busca de um desenvolvimento preocupado com a sustentabilidade, a equidade, a justiça e bem-estar social (LIMA, 2005; SARAIVA, 2007; VIEIRA, 2012).
- O Brasil, assim como outros países emergentes, apresentou industrialização tardia. O Brasil atingiu sua industrialização por meio de modelos híbridos, adaptados a suas necessidades e a suas particularidades socioeconômicas (KOHLLI, 2004; JAFFRELOT, 2009; LANGE e RUESCHEMEYER, 2005; PEDERSEN, 2008).
- O PIB brasileiro é muito similar ao PIB britânico, o que permite que a pesquisa não foque somente em capacidades econômicas, mas também tenha preocupação em analisar normas, culturas e identidades que influenciam a ação internacional de atores estatais e outros atores domésticos.
- O Brasil, assim como outros países emergentes, está se tornando mais ativo no regime da CID, criticando as normas atuais e pedindo um modelo mais baseado na justiça e na equidade (MAWDSLEY, 2012; SARAIVA, 2012; CHATURVEDI, 2012; SARAIVA, 2007; LIMA, 2005; MILANI, 2012^a).

A escolha de Moçambique também foi cuidadosamente pensada:

- Moçambique recebe significativos fluxos de AOD desde 1980, sendo que o total de ajuda recebida já foi superior a 50% do PIB, segundo os dados do Banco Mundial. Em 2012, apesar da economia mundial ainda estar sob o efeito da crise financeira de 2008, o total de AOD recebida por Moçambique foi de 14,8% do PIB moçambicano (segundos dados do Banco Mundial).

- Moçambique tem relações históricas tanto com o Brasil quanto com o Reino Unido. Como exemplo, o país africano é membro tanto da CPLP como da Commonwealth.
- Moçambique é o 13º maior destino da cooperação britânica na África, se considerarmos somente a ajuda para o desenvolvimento, sem contabilizar ajuda humanitária.
- Moçambique é o maior parceiro do Brasil na África no âmbito da CSS.

Com isso, os três países serão estudados sob um único método analítico, que aborda dois níveis e três dimensões. O nível sistêmico e o nível doméstico são interconexos, mas também serão analisados separadamente. No nível sistêmico, será explorado as normas e identidades em que o regime da CID está imerso e, portanto, que criam a definição de quais atores tem ação legitimada e quais tem ações consideradas desviantes pelas normas. No nível doméstico, a pesquisa vai explorar a relação entre atores domésticos, seus distintos interesses, a busca para consolidar no âmbito doméstico normas que atendam aos seus interesses e a influência de normas internacionais no âmbito nacional.

Entendidos os níveis de análise, cabe uma breve descrição das três dimensões que serão usadas para analisar os estudos de caso. Essas três dimensões serão aplicadas para entender empiricamente a ação de agentes nacionais e subnacionais em ambos os níveis citados. Essas dimensões são baseadas em variáveis que influenciam a capacidade dos países e dos atores subnacionais de influenciar a construção de normas internacionais. Lima (2007) e Duarte (2011) usaram dimensões semelhantes, com o objetivo de estudar o conceito de países emergentes. Milani et ali. (2013) e Malacza (2014) também usaram um método comparativo para contrastar países do Norte e do Sul.

A dimensão normativa tem como objetivo o estudo de como cada Estado percebe as normas internacionais e como eles agem na CID. Os objetivos de cada agente internacional não podem ser considerados como algo dado e definido somente por fatores sistêmicos, mas é construído pela interação de atores domésticos e internacionais, com perspectivas e interesses distintos. Um processo que ocorre ao longo do tempo pela influência da cultura, das experiências nacionais e de intervenções internacionais. Cada fenômeno histórico contribui (em um maior ou menor nível) para a construção das normas e da identidade. Esse raciocínio se aplica aos atores domésticos e também aos Estados, principalmente em democracias, como nos casos do Brasil e do Reino Unido. Portanto, essa dimensão normativa estuda o discurso de cada país, os objetivos que busca por meio da CID, a tradição ao atuar internacionalmente e as experiências passadas.

A segunda dimensão consiste no entendimento de como cada país usa suas capacidades para agir internacionalmente no âmbito da CID. Portanto, essa dimensão foca

no poder que um agente normativo tem para influenciar outros atores. De acordo com uma perspectiva mais próxima do Realismo, o poder de fazer com que os outros se comportem de acordo com suas vontades deriva de variáveis concretas. Portanto, essa dimensão de poder concreto abrange variáveis como o poder militar, poder econômico, fluxos de ajuda/cooperação, tecnologia disponível para oferta, quantidade de projetos no exterior, quantidade de ONG's no exterior e quantidade de empresas no exterior. Todavia, o poder não se limita a essas variáveis que o Realismo aponta. Como esta pesquisa se baseia em uma abordagem construtivista, essa dimensão também vai analisar outras variáveis subjetivas, como o poder brando (*soft power*), a imagem que o país tem no mundo, credibilidade, modalidades de ajuda/cooperação (multilateral, triangular ou bilateral) e áreas em que há prioridade de ação (como infraestrutura, agricultura, segurança, saúde e educação).

A terceira dimensão busca abranger a relação institucional entre os atores domésticos e como eles influenciam na formulação da política externa. O Estado não é um ator monolítico, mas é composto de diversos atores independentes que atuam domesticamente e internacionalmente. Todavia, se um país consegue obter um alto nível de unidade, é mais provável que esse ator consiga concentrar seus esforços para atingir seus objetivos. É improvável que um governo estatal consiga controlar a ação todos os atores subnacionais quando atuam internacionalmente. Se um país falhar em garantir uma coordenação entre seus atores domésticos, o seu discurso se torna contraditório e a atuação internacional de um país, como um todo, perde coerência, credibilidade e, conseqüentemente, capacidade de influenciar o outro. Portanto, essa dimensão foca na transparência e em como os atores subnacionais atuam internacionalmente (como líderes políticos, ministérios, agências governamentais, empresas e sociedade civil).

TABELA1

Dimensão	Variáveis	
Normativo	<ul style="list-style-type: none"> • Posição oficial; • Objetivos esperados; • Normas e perspectivas sobre o mundo; • Conceitos e termos usados no discurso oficial; e • Experiências domésticas. 	
Poder	Concreto	<ul style="list-style-type: none"> • PIB; • Fluxos de cooperação/ajuda; • Presença militar; • tecnologia; • quantidade de ONG's internacionais; e • quantidade de empresas internacionais.
	Subjetivo	<ul style="list-style-type: none"> • Poder brando (<i>Soft power</i>); • Relação com o país recipiente / parceiro • credibilidade; • imagem, como é percebido; • quantidade de diplomatas no país; • modalidades de ajuda/cooperação; e

		• áreas priorizadas.
Institutional		<ul style="list-style-type: none"> • Leis domésticas; • Acordos internacionais assinados; • Presidente, primeiro ministro e outros funcionários; • Ministérios, agências e outros atores governamentais; • empresas; • sociedade; e • transparência.

Como George e Bennet (2004) afirmam, a metodologia também deve cumprir uma função heurística, devido à importância de desenvolver novas hipóteses e considerar novas variáveis. Por isso, todas as hipóteses e variáveis devem ser flexíveis para se adaptar de acordo com os resultados da pesquisa. Essa característica é importante, pois algumas variáveis e fatores podem ser desvalorizadas no início da pesquisa, mas se revelarem fundamentais ao longo do estudo. Além disso, uma abordagem heurística permite que a pesquisa lide com a possibilidade de um caso desviante (GEORGE e BENNETT, 2004). Por exemplo, o discurso oficial brasileiro afirma que a política externa para a CID é baseada nos princípios da CSS, mas, simultaneamente, busca ressaltar as diferenças entre a CCS brasileira e a chinesa.

Após aplicar esse arcabouço metodológico aos estudos de caso, a próxima etapa que será feita é de triangular os resultados das análises. As variáveis serão contrastadas dentro de cada caso estudado e entre eles, com base nos estudos empíricos. Espera-se que essa metodologia crie ferramentas necessárias para entender as características dos modelos de cooperação/ajuda brasileiro e britânico, para além do discurso oficial. Com isso, será possível concluir em que medida há uma divisão Norte-Sul no regime da CID e o impacto dela na ordem mundial.

3. Construtivismo como marco teórico

Na medida em que já foi explicado, na seção anterior, os principais objetivos da pesquisa e o método que será aplicado para que a pesquisa cumpra seus objetivos, cabe destinar essa seção à teoria que servirá de base para o estudo. O arcabouço teórico irá fundamentar a leitura dos documentos e indicar as variáveis a serem consideradas na pesquisa, servindo, então, para guiar o pensamento do pesquisador, ao interpretar o fenômeno estudado.

Como já citado brevemente na seção anterior, esta pesquisa entende que a realidade é construída por meio de interações entre os agentes e entre estes e a estrutura (WENDT, 1994). Com isso, as normas são criadas socialmente e conseguem influenciar no comportamento dos atores, ao criarem um entendimento social sobre quais atitudes são aceitáveis ou não (ONUFF, 1998). Se um agente adotar um comportamento desviante, é

esperado que esse agente seja punido por suas ações de algum modo. Apesar dessas normas internacionais já existirem e algumas estarem significativamente enraizadas nas culturas e influenciando o comportamento dos agentes, elas não são imutáveis. Por meio da interação dos agentes, as normas podem ser socialmente reconstruídas, substituindo entendimentos sobre o que é um comportamento apropriado e o que é desviante. Com isso, é normal que agentes que tenham seus comportamentos restringidos pelas normas, busquem muda-las, para que suas ações sejam consideradas apropriadas e as que venham de encontro com seus interesses sejam punidas (ONUFF, 1998; WENDT, 1994).

Esse pensamento pode ser aplicado, por exemplo, ao atual estado das normas do regime de Cooperação para o Desenvolvimento. O modelo atual de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento é baseado largamente em normas e interesses que são particulares de sociedades e de países ocidentais e do Norte (KHARAS, 2010; FINE e JOMO, 2006; MAKIE, 2012; MAWDSLEY, 2012). A Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (de 2005) e a Agenda de Ação de Accra (de 2008) são acordos que contêm os princípios que guiam a AOD. Apesar de ditos universais, esses documentos representam um entendimento entre os doadores tradicionais e refletem o entendimento deles sobre o que é desenvolvimento e qual é o melhor modo de atingi-lo. Além disso, o Grupo de Trabalho sobre a Eficácia da Ajuda (órgão subordinado ao CAD-OCDE, tido como a instituição principal para discutir a agenda de desenvolvimento) era formado apenas por países doadores até o ano de 2009 (MAWDSLEY, 2012; KONDOH et al., 2010). Quando os países do Sul começaram a se tornar mais ativos no regime da CID, era esperado que a emergência desses atores trouxesse à tona culturas, ideias e perspectivas que tinham pouca visibilidade anteriormente. Com isso, os países emergentes criticam o modelo tradicional de AOD e propõem novos modelos, baseados em suas próprias normas, perspectivas e experiências domésticas, como foi argumentado anteriormente neste artigo.

Esse pensamento se aplica, também, para os atores domésticos, quando atuam internamente e internacionalmente. Por esse motivo, esta pesquisa basear-se-á em uma tradição específica dentro do Construtivismo que analisa a ação dos Estados e dos atores subnacionais como agentes normativos (O'FAIRCHEALLAIGH, 2014; FINNEMORE e SUKKINK, 1998; CORTELL e DAVIS, 1996). Ainda que alguns atores subnacionais sejam mais ativos no âmbito doméstico do que no âmbito internacional, eles, por meio da formulação da política externa, são capazes de influenciar as normas internacionais (FINNEMORE e SUKKINK, 1998). Essa influência, segundo Finnemore e Sukkink (1998, p.895) ocorre em três fases, considerando a existência de um jogo de dois níveis. A primeira fase é a emergência de uma norma, a segunda é a consolidação dessa norma internamente e a terceira fase é a internacionalização dessa norma. Com isso, fica claro que os agentes normativos são atores ativos e relevantes e que buscam mudar as normas domésticas e

internacionais de acordo com seus próprios interesses. Para isso, eles usam uma plataforma organizacional, que será analisada na dimensão institucional, descrita na seção anterior deste artigo.

É possível argumentar que o Brasil e os atores subnacionais estão tentando, atualmente, é o que o Reino Unido tem feito ao longo do tempo. Os atores estatais e subnacionais do Reino Unido usaram uma plataforma institucional (o regime da AOD) para exportar suas normas e princípios para outros países do mundo, o que favoreceu a ação internacional deles. Como exemplo dessa ação internacional britânica, podemos citar a missão civilizatória, ou o fardo do homem branco (EASTERLY, 2006), quando o Reino Unido e seus atores subnacionais buscaram internacionalizar normas como o livre comércio, a estrutura política de um governo, religião, etc. À medida que o Brasil e os seus atores domésticos estão emergindo no cenário internacional, eles buscam alterar essas normas estabelecidas, para substituí-las por outras que são mais próximas das normas e perspectivas que encontram no âmbito doméstico.

O trabalho de O'Faircheallaigh (2014) complementa essa perspectiva construtivista, ao observar como as normas internacionais são internalizadas. Para determinar se e quando as normas são internalizadas, o autor considera 4 fatores: 1- o papel das corporações internacionais como agentes normativos; 2- o papel dos agentes que recebem as normas; 3- o efeito no âmbito doméstico causado pela experiência dos atores subnacionais atuando internacionalmente; 4- como os atores subnacionais usam as normas internacionais para legitimar a ação na política doméstica. Com isso, percebe-se que O'Faircheallaigh insere importantes variáveis para esta pesquisa. Além de considerar a ação de atores subnacionais como agentes normativos, o autor chama a atenção para o fato de que a ação internacional dos atores domésticos os colocam em contato com outros atores e outras normas, o que pode mudar a perspectiva deles sobre o âmbito doméstico. Há o reconhecimento que a influência não é uma estrada de mão única, mas há uma troca de ideias, em que os atores influenciam mutuamente, inclusive os agentes subnacionais quando atuam internacionalmente. Além disso, O'Faircheallaigh mostra que os atores subnacionais, ainda que não estejam convencidos pela norma internacional, podem escolher internalizá-la. Os agentes subnacionais podem usar estrategicamente o argumento de uma norma internacional, para ganhar força política em discussões domésticas.

Essa teoria parece bastante apropriada para o objetivo da pesquisa, pois não considera o Estado como um ator monolítico e permite a análise dos atores nacionais e subnacionais, enquanto agentes normativos. Com isso, o mesmo arcabouço teórico poderá ser aplicado para o nível sistêmico e o nível doméstico, considerando que eles são inter-relacionados. Apesar da importância do argumento de O'Faircheallaigh, pois ele traz maior agência para os atores subnacionais do país que recebem ajuda, ele, assim como

Finnemore e Sukkink, falham em explicar como as normas se internacionalizam em um ambiente em que não há uma norma doméstica hegemônica. Para esses autores, as normas domésticas emergem e, em determinado momento, tornam-se mais fortes do que as demais. Com isso, essas normas garantem um entendimento uniforme dentro do âmbito doméstico e passam a ser internacionalizadas. De acordo com essa perspectiva, não é claro como as normas domésticas se internacionalizam, caso não exista uma norma ou perspectiva dominante no cenário doméstico. Esta pesquisa busca, também, contribuir para o preenchimento dessa lacuna, por meio do estudo empírico em Moçambique, Brasil e Reino Unido.

4. Coleta e análise de dados

Devido à complexidade do tema desta pesquisa, a coleta de dados tem que ser consistente, ampla e coerente. A pesquisa será baseada em uma ampla bibliografia no âmbito da AOD e da CID, que é composta por livros e artigos acadêmicos. Ademais, a bibliografia acadêmica será combinada com dados e relatórios de fontes oficiais como: documentos governamentais (de diferentes países e de órgãos domésticos distintos); instituições internacionais (ex.: FMI, ONU e CAD/OCDE); organizações não-governamentais (ex.: Rebrip, Fatca e World Development Movement); e think-tanks (ex.: Chatham House, BRICS Policy Center, Institute of Development Studies, Center for Strategic and International Studies, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e Institute of Social and Economic Studies).

Sabendo que muitas informações não estão disponíveis para o público, ou não estão em documentos oficiais, a pesquisa também se baseará em entrevistas com acadêmicos, com diplomatas, com ativistas da sociedade civil e com empresários. As entrevistas serão baseadas em perguntas elaboradas previamente pelo pesquisador, de acordo com cada entrevistado. Essa estrutura de entrevistas, baseada em perguntas pré-formuladas, não busca restringir a ação do entrevistado, mas guiar a entrevista, para que o foco do diálogo seja mantido nos objetivos da pesquisa. Entretanto, essa estrutura não é inflexível, com o objetivo de permitir que o entrevistado fale livremente dentro dos temas propostos. Esse modelo de entrevistas semiestruturadas (KVALE, 1996) será importante para permitir que o entrevistado expresse suas opiniões, que faça comparações e que se permita dar mais atenção ao que julga mais importante (DREVER, 1995; ALESSON, 1956). É esperado que, por meio desse método de entrevistas, os entrevistados tragam ideias e perspectivas que não eram esperadas pelo pesquisador. Portanto, as entrevistas contribuirão para uma análise empírica mais aprofundada do assunto, dentro da política doméstica e externa dos três países em questão.

Na medida em que nenhum discurso é neutro, a quantidade de entrevistas deve ser significativa e abranger diversos atores. Os entrevistados serão selecionados de maneira que representem diversos agentes nacionais e subnacionais. Portanto, a lista de entrevistados deve ser montada de modo a garantir a participação de pessoas que representem instituições governamentais, a academia, think-tanks, sociedade civil e empresas. Essa variedade de entrevistados permite que o pesquisador não se limite ao estudo do discurso oficial e consiga captar diferentes perspectivas de atores com interesses também distintos. Além disso, os entrevistados devem ser escolhidos de modo a tornar viável o estudo de normas e identidades que influenciam as três sociedades em questão (Brasil, Reino Unido e Moçambique) e que permitam a posterior triangulação de resultados entre os estudos de caso.

Para viabilizar essas entrevistas, são planejadas pesquisas de campo tanto no Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo), quanto no Reino Unido (Londres, Manchester e Birmingham) e em Moçambique (Maputo e Nacala). Além disso, a pesquisa de campo permitirá que o pesquisador esteja imerso nas três sociedades em questão, e, por meio da experiência pessoal, busque compreender as diferentes culturas, suas normas e como elas influenciam nos temas estudados pela pesquisa.

Após a coleta de dados (documentos oficiais, trabalhos acadêmicos, artigos de jornais e entrevistas), a próxima etapa será analisá-los. Não existe um consenso quanto ao melhor modo de se analisar dados em pesquisas de Relações Internacionais (MILLIKEN, 1999, p. 226), mas deve-se considerar que na Ciência Política, assim como em outras Ciências Humanas, os discursos não são apenas mensagens faladas ou escritas que pessoas trocam entre elas. Discursos também são sistemas de significação, que são usados para a comunicação e para construir a realidade, por meio de recursos linguísticos e não linguísticos (MILLIKEN, 1999 p. 229). Por esse motivo, faz-se importante uma explicação de qual método será usado para extrair a informação necessária dos dados coletados.

A análise do discurso é composta pelo estudo de três níveis linguísticos: a interação entre o emissor e o receptor esperado; o significado das frases e das palavras; e a organização interna das frases (CHILTON eSCHÄFFNER, 2011). Isso significa que o discurso varia de acordo com quem está participando do diálogo e com o ambiente em que o discurso foi emitido. Por exemplo, quando funcionários governamentais estão dialogando com pessoas de baixa instrução e de classes menos favorecidas economicamente, é esperado que eles abordem temas de interesse dessa classe social, como políticas públicas sobre saúde, educação e emprego, além de usarem frases curtas e vocabulário menos rebuscado. Por outro lado, se esses mesmos funcionários estiveram dialogando com um grupo de grandes empresários, provavelmente eles vão usar uma linguagem mais formal, rebuscada e, talvez, com jargões técnicos. A análise desses três níveis de linguagem pode

contribuir para a pesquisa com fatores que não estão expressos, como por exemplo, quem é o verdadeiro público alvo de determinado discurso (CHILTON eSCHÄFFNER, 2011).

A análise desses três níveis de linguagem, apesar de vital, deve ser acompanhada de um entendimento de que o discurso é influenciado por variáveis sociais (FAIRCLOUGH et ali., 2011). Como argumentado anteriormente, esta pesquisa baseia-se em uma vertente do construtivismo, que entende que a realidade é socialmente construída. Por esse motivo, é necessário usar uma metodologia que permita a investigar variáveis sociais e culturais como normas, interesses, relações de poder e identidade. A Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH et ali., 2011; STEVENS, 2011; LAKSHAMANAN, 2011; LÓPEZ-BONILLA, 2011; GEE, 2011; WODAK, MEYER, 2001; DIJIK, 1993; LOCKE, 2004) parece ser uma escolha apropriada para esta pesquisa, pois entende que o discurso é influenciado pelas normas de uma sociedade, assim como é um meio de modificação das mesmas (FAIRCLOUGH et ali., 2011 p. 358). A Análise Crítica do Discurso tem como objetivo investigar a linguagem dentro de um contexto cultural e social, o qual é composto por normas e interesses construídos ao longo do tempo (LOKE, 2004 p.25).

É importante destacar que o uso da Análise Crítica do Discurso não tem como objetivo criar um entendimento definitivo sobre o discurso analisado, mas apenas uma interpretação. Portanto, o caráter subjetivo desse método deve ser ressaltado, entendendo que a interpretação do discurso será também influenciada por influências externas ao julgamento do pesquisador (FAIRCLOUGH et ali., 2011 p. 358). A Análise Crítica do Discurso, por meio de uma análise aprofundada e abrangente de variáveis culturais, sociais e históricas, busca revelar o real significado e os interesses que estão escondidos no discurso(MILLIKEN, 1999; LOKE, 2011; DIJIK, 1993).

Com isso, todos os dados serão categorizados de acordo com as três dimensões que foram descritas na seção anterior (dimensão normativa, dimensão de poder e dimensão institucional). Essas dimensões e seus subgrupos serão usados para criar categorias de análise, mas serão flexíveis. As categorias poderão ser alteradas de acordo com o discurso a ser analisado, de modo a permitir um estudo mais preciso. Para ilustrar, pode-se dar o seguinte exemplo hipotético: pobreza e fome são temas da agenda internacional que podem ser entendidos como um problema econômico por um determinado agente, como um problema social por outro e como um problema de segurança por um terceiro. Essa flexibilidade é importante, pois dois discursos podem ter diferentes perspectivas sobre o mesmo assunto (MILLIKEN, 1999 p 234).

Além da Análise Crítica do Discurso, esta pesquisa também vai usar uma análise semântica. Essa abordagem foca no uso de palavras-chave estratégicas por parte do emissor, que busca convencer o receptor sobre determinado assunto (SPITZMÜLLER, WARNKE, 2011; CHILTON eSCHÄFFNER, 2011 p 308). Muitas vezes a diferença entre

dois discursos não se situa apenas no nível de ideias, mas também no uso de determinadas palavras. A variação semântica, nesse caso, torna-se importante para o sucesso do emissor em atingir o objetivo de convencer o receptor. Podemos citar o exemplo do Brasil, que evita usar as palavras “ajuda” e “doador”, preferindo os termos “cooperação” e “parceiro”, pois pode ser mais agradável aos ouvidos do receptor, criando assim menor resistência à ação desse país.

O desenho metodológico desta pesquisa busca explorar o papel dos atores nacionais e subnacionais como agentes normativos e investigar como ocorre a internalização de normas internacionais pelos atores domésticos. Entretanto, a pesquisa deverá enfrentar o desafio manter a profundidade dessa análise para todos os dados coletados. Em um primeiro momento, a pesquisa se focará no estudo de casos do Brasil, do Reino Unido e de Moçambique, para, posteriormente, criar uma triangulação entre esses diferentes discursos contrastando-os com resultados da pesquisa empírica.

5. Considerações finais

Como anunciado, esse artigo se insere em uma pesquisa mais abrangente que busca analisar a ação do Brasil e do Reino Unido no regime da CID. Ao longo do artigo, buscou-se demonstrar a base teórica e o método que será aplicado, a fim de cumprir o objetivo maior da pesquisa de responder se há uma divisão Norte-Sul no âmbito do regime de cooperação. Pretende-se responder essa pergunta, por meio da análise de atores nacionais e subnacionais enquanto agentes normativos, atuando tanto no nível doméstico quanto no nível sistêmico.

Os resultados parciais desta pesquisa apontam para o entendimento de que o Reino Unido está buscando se aproximar do padrão de cooperação dos países emergentes, inclusive do Brasil. Esse movimento pode ser percebido pelo alto investimento do DFID em pesquisas que tenham como objeto o modelo de desenvolvimento brasileiro, assim como pela busca de iniciativas de cooperação triangular. Por outro lado, também há indícios de que a política externa britânica é mais centralizada do que a brasileira, o que permite que o país europeu tenha mais controle dos atores domésticos e coerência em sua ação internacional.

6. Bibliografia

ALEXANDROFF, Alan, and COOPER, Andrew (eds.) (2010) *Rising States, Rising Institutions: challenges for global governance*. Washington, D. C.: Brookings Institution Press.

ANTONINI, B., and HIRST, Monica (2009) "Pasado y presente de la Cooperación Norte-Sul para el desarrollo". In *Documentos de Trabajo de la Cooperación Sur-Sur*. Buenos Aires: Ministerio de las Relaciones Internacionales, Comercio Exterior y Culto, 9-72.

BRITO, Luis de; CASTEL-BRANCO, Carlos N.; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António (orgs) (2009) *Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique*. Maputo: IESE.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. (2011) "Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership: contribuição para um debate de economia política" in *Cadernos IESE*, nº7.

CHILTON, Paul; SCHÄFFNER, Christina (2011) "Discourse and politics". in DIJK, Teun A. Van (ed.) *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. London, Calif, SAGE. pp 303-330.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David (1991) *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

CORTELL, Andrew P. and DAVIS Jr, James W. (1996) "How Do International Institutions Matter? The Domestic Impact of International Rules and Norms" in *International Studies Quarterly* vol. 40 nº4 pp. 451-478.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, John e ENGBERG-PEDERSEN, Poul. (2003), *AID Understanding International Development Cooperation*. London/New York: Zed Books.

DIJK, Teun A. Van (1993) "Principles of critical discourse analysis" in *Discourse and society*, 4 (2), pp. 249-283.

DREVER, Eric (1995) "Using semi-structured interviews in small-scale research: a teacher's guide" in *Scottish Council for Research in Education*. Glasgow.

DUARTE, Rubens de S. (2011) "Conceitos inclusivos e reflexões políticas quanto à classificação dos países emergentes" in *Anais do IV Seminário de Ciência Política: Teoria e Metodologia em Debate*. UFRGS, Porto Alegre.

_____ (2013a) "Brazilian Cooperation is not a Free Lunch: An Analysis of the Interests Contained in the International Development Cooperation Strategy" in *Geopolítica(s)*. Madrid vol. 4, nº. 1, 137-157.

_____ (2013b) "Inovar ou seduzir: uma análise do discurso oficial brasileiro para a cooperação internacional" in *Conjuntura internacional*. Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 27 - 39, 1º sem.

_____ (2011) "Conceitos inclusivos e reflexões políticas quanto à classificação dos países emergentes", in *Anais do IV Seminário de Ciência Política: Teoria e Metodologia em Debate*. Porto Alegre: UFRGS.

DUPAS, Gilberto (2006) *O Mito do Progresso*. São Paulo: Editora UNESP.

EASTERLY, William (2006) *The White Man's Burden: why the west's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good*. Oxford University Press.

FAIRCLOUGH, Norman; MULDERRIG, Jane; WODAK, Ruth (2011) "Critical Discourse Analysis". in DIJK, Teun A. Van (ed.) *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. London, Calif, SAGE. pp 357-3.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn (1998) "International norm dynamics and political change" in *International Organization* n°52, v 4, pp887-917

FONSECA, Luiz H. P. da (2008) "La visión de Brasil sobre la cooperación internacional". In *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, no. 22, 63-78.

GEE, James Paul (2011) "Discourse Analysis: what makes it critical?", in ROGERS, Rebecca (ed.). *An introduction to Critical Discourse Analysis in Education*. London, Routledge, pp. 23-45.

GU, Jing; HUMPHREY, John; e MESSNER, Dirk (2007). "Global Governance and Developing Countries: The Implications of the Rise of China", in *World Development*, vol. 36, no. 2.

HABERMAS, Jürgen (2006) *The Divided West*. Cambridge: Polity Press Ltd.

HUMPHREY, John (2010) "European Development Cooperation in a Changing World: Rising Powers and Global Challenges after the Financial Crisis" in *EDC2020*, No. 8. November.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (2010) *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009*. Brasília: IPEA.

JAFFRELOT, Christophe, (ed.) (2009). *The Emerging States: The Wellspring of a New World Order*. Columbia University Press.

KENNAN, George (1971) "Foreign aid as a national policy". In *Proceedings of the Academy of Political Science*, vol. 30, no. 3, 175-183.

KHARAS, Homi (2010) "Can aid catalyze development?", in *Making Development Aid More Effective*. Washington D. C.: The Brookings Institute, 3-9.

KOHLI, Atul (2004) *State-Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge, Cambridge University Press.

KRASNER, Stephen D. (1982) "Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables". In *International Organization*, vol. 36, no. 2, 185-205.

_____ (1985) *Structural Conflict: Third World Against Global Liberalization*. Los Angeles: University of California Press.

KVALE, Steinar (1996) *InterViews: na introduction to qualitative research interviewing*. Thousand Oaks, SAGE Publications.

LAU, Bryony (2008) "The Limits of the Civilizing Mission: A Comparative Analysis of British Protestant Missionary Campaigns to End Footbinding and Female Circumcision" in *Social Sciences and Missions*. n° 21 193–227

LIMA, Maria R. S. (2005) "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul". In *Revista Brasileira de Política Internacional*, no. 48, 24-59.

LIMA, Maria Regina S. de and DUARTE, Rubens de S. (2013) “Diplomacia presidencial e politização da política externa: Uma comparação dos governos FHC e Lula” in *Observador On-Line*. Rio de Janeiro: v.8, n.09.

LOCKE, Terry (2004) *Critical discourse analysis*. London, Continuum.

LÓPEZ-BONILLA, Guadalupe (2011) “Narratives of exclusion and the construction of the self”, in ROGERS, Rebecca (ed.). *An introduction to Critical Discourse Analysis in Education*. London, Routledge, pp. 46-67.

MAWDSLEY, Emma (2011) “The rhetorics and rituals of South-South development cooperation: notes on India and Africa” in MAWDSLEY, Emma; MCCANN (orgs) *India in Africa: changing geographies of power*. Oxford: Pambazuka Press.

_____ (2012) *From recipients to donors: Emerging powers and the changing development landscape*. London: Zed Books.

MAWDSLEY, Emma; SAVAGE, Laura; KIM, Sung-Mi (2013) “A ‘post-aid world’? Paradigm shift in foreign aid and development cooperation at the 2011 Busan High Level Forum” in *The Geographical Journal*.

MELLO, Fátima (2013) O que quer o Brasil com o ProSavana? <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3837>, accessed on 22 March 2013.

MILANI, Carlos R. S. (2008) “Discursos y mitos de la participación social en la cooperación internacional para el desarrollo: una mirada a partir de Brasil”. In *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, n.º. 22, 161-182.

_____ (2012a) “Atores e agendas no campo da política externa brasileira”, in L. Pinheiro and C. R. S. Milani (orgs.) *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 33-70.

_____ (2012b) “Multilateralismo en crisis, cooperación sur-sur y política externa brasileña”. in *Líneasur*, vol. I, no. 3, 40-55.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia (2013) “Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública” in *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 35 n.º1, pp. 11-41.

MILANI, Carlos R. S.; SUYAMA, Bianca; LOPES, Luara L. (2013) “Políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?” in *Friedrich Ebert Stiftung*. São Paulo.

MILLIKEN, Jennifer (1999) “The study of discourse in International Relations: a critique of research and methods” in *European journal of International relations*. London, SAGE publications, Vol 5 (2), pp.225-254.

MORGENTHAU, Hans (1962) “A political theory of foreign aid”. In *American Political Science Review*, vol. 56, no. 2, 301-309.

O’FAIRCHEALLAIGH, Ciaran (2014) “IR theory and domestic adoption of international norms” in *International Politics* n.º 51, 155–176.

ONU, Nicholas (1998) "Constructivism: A User's Manual" in KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONU, Nicholas; KOWERT, Paul (eds.) *International Relations in a Constructed World*. London: M.E. Sharpe.

PAA, Jenny Plane (2005) "From 'Civilizing' To Colonizing To Respectfully Collaborating?" in *Theology Today*. New Zealand: nº62: 67-73

PEDERSEN, Jorgen Dige (2008) *Globalization, Development and the State*. London, Palgrave Macmillan.

ROSE, Richard (1991) "Comparing forms of comparative analysis" in *Political Studies* nº39 pp.446-4462.

ROUSSEL, Lauren Walshe (2013) "The changing donor landscape in Nicaragua: rising competition enhances ownership and fosters Cooperation" in *Journal of International Development*. Ontario, Canada: J. Int. Dev. 25, 802–818

SARAIVA, Enrique (2012) "Brazil: towards innovation in development cooperation" in CHATUVERDI, S.; FUES, T. and SIDIROPOULOS, E. (orgs.) *Development cooperation and emerging powers: new partners or old patterns?*. London: Zed Books.

SARAIVA, Mirian Gomes (2007) "As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007". In *Revista Brasileira de Política Internacional*, no. 50, 42-59.

SCHUTTE, Giorgio Romano, and BARROS, Pedro Silva (2010) "A Geopolítica do Etanol". In *Boletim de Economia e Política Internacional*, no. 1, 33-43.

SINGELMAN, Lee; GADBOIS Jr, George H. (1983) "Contemporary Comparative Politics: An Inventory and Assessment" in *Comparative political Studies*. Nº 16, pp. 275-305.

SPITZMÜLLER, Jürgen; WARNKE, Ingo H. (2011) "Discourse as a 'linguistic object': methodical and methodological delimitations" in *Critical Discourse Studies*, 8:2, pp 75-94.

STEVENS, Lisa Patel (2011) "Locating the role of the critical discourse analyst", in ROGERS, Rebecca (ed.). *An introduction to Critical Discourse Analysis in Education*. London, Routledge, pp. 183-201.

VIEIRA, Marco (2012) "Rising States and Distributive Justice: Reforming International Order in the Twenty-First Century" in *Global Society* 26:3, 311-329.

VIZENTINI, Paulo and PEREIRA, Analúcia D. (2007) "A política africana do governo Lula". In *NERINT*. Disponível at <http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>. Accessed at 22/02/2014

WENDT, Alexander (1992). "Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics". In *International Organization*, v. 46, Spring, pp. 391-425.

_____ (1994) "Collective Identity Formation and the International State". In *American Political Science Review*, v. 88, n. 2, pp. 384-396.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (2001) *Methods of Critical Discourse Analysis*. London, SAGE Publications.